

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras
em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes da Markel Seguradora do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Markel Corporation é uma companhia holding de capital aberto e pulverizado, sediada nos Estados Unidos, com investimentos diversificados e atuação em diversos mercados em todo mundo. Sua principal atividade consiste em oferecer produtos de seguro para riscos especializados, tendo mais de 80 anos de experiência no setor. A Markel tornou-se companhia aberta com valores mobiliários registrados na U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC”) em 1986, e suas ações encontram-se listadas na Bolsa de Nova York desde 1987. Profissionais altamente qualificados e experientes com reconhecimento internacional são atributos do Grupo Markel que conta com projeção global e atua nos mercados de Seguros e Resseguros.

No Brasil, o Grupo Markel pretende direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de produtos de seguros aos clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos.

A autorização para operar no mercado brasileiro de seguros como Seguradora foi concedida no dia 12 de janeiro de 2017, com um capital inicial de R\$ 48 milhões e sede local no Rio de Janeiro.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 11,7 milhões.

A Companhia, de acordo com seu estatuto social, assegura aos seus acionistas o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora auferiu R\$ 51,6 milhões de prêmios ganhos, com atuação nas seguintes linhas de negócios: Rural (99,93%) e R.C. Profissional (0,07%). O índice de sinistralidade ficou em 181,0% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos) e as despesas de comercialização atingiram 16,2%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora apresentou um prejuízo de R\$ 15.6 milhões.

A política de investimentos da Markel Seguradora do Brasil S.A. tem como premissas básicas a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, sendo as aplicações para a cobertura de provisões técnicas feitas prioritariamente em títulos do Tesouro Nacional.

A administração da Markel Seguradora do Brasil S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

Oportunamente, a Markel Seguradora do Brasil S.A. agradece as orientações e o suporte fornecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e demais autoridades do Setor. Às Sociedades Seguradoras e Corretores de Seguro, a Companhia agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Markel Seguradora do Brasil S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Markel Seguradora do Brasil S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Markel Seguradora do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		<u>109.140</u>	<u>35.807</u>	Circulante		<u>101.205</u>	<u>23.794</u>
Disponível		1.013	2	Contas a pagar		3.676	2.627
Caixa e bancos	5	441	2	Obrigações a pagar	12.1	2.764	2.103
Equivalentes de caixa	5	572	-	Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	232	155
Aplicações	6	20.471	17.577	Encargos trabalhistas	12.3	404	341
Créditos das operações com seguros e resseguros		14.285	8.171	Impostos e contribuições	12.4	265	28
Prêmios a Receber	7.1	14.096	8.101	Outras contas a pagar	12,5	11	-
Operações com resseguradoras	7.2	189	10	Débitos de operações de seguros e resseguros		16.248	10.389
Outros créditos operacionais	7.3	-	60	Operações com Resseguradoras	14.1	13.264	9.625
Ativos de resseguro	15,1	68.562	8.677	Corretores de seguros e resseguros	14.3	2.053	761
Títulos e créditos a receber		85	617	Outros débitos operacionais		931	3
Créditos a receber		-	8	Depósitos de terceiros		10	-
Créditos tributários e previdenciários	8.1	38	375	Provisões técnicas - seguradoras	15,2	81.271	10.778
Outros créditos		47	234	Danos		81.271	10.778
Custos de aquisição diferidos	9	4.724	763	Passivo não circulante		<u>190</u>	<u>21</u>
Seguros		4.724	763	Contas a pagar	13	190	21
Ativo não circulante		<u>20.205</u>	<u>19.699</u>	Tributos diferidos		140	21
Realizável a longo prazo	6	18.708	18.481	Contingências		50	-
Aplicações		18.708	18.481	Patrimônio líquido	17	27.950	31.691
Imobilizado	10	1.014	813	Capital social		48.000	48.000
Bens móveis		641	403	Aumento de capital em aprovação		11.700	-
Outras imobilizações		373	410	Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários		168	25
Intangível	11	482	405	Prejuízos acumulados		(31.918)	(16.334)
Total do ativo		<u><u>129.345</u></u>	<u><u>55.506</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>129.345</u></u>	<u><u>55.506</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios emitidos líquidos		71.520	12.230
Variações das provisões técnicas de prêmios	19	<u>(19.946)</u>	<u>(9.317)</u>
Prêmios ganhos	19	<u>51.574</u>	<u>2.913</u>
Sinistros ocorridos	20.1	(93.190)	(1.461)
Custos de aquisição	20.2	(8.357)	(238)
Outras receitas e despesas operacionais		(134)	(3)
Resultado com resseguro	20.3	<u>52.713</u>	<u>(939)</u>
Receita com resseguro		87.227	1.351
Despesa com resseguro		(34.514)	(2.290)
Despesas administrativas	20.4	(19.270)	(20.598)
Despesas com tributos	20.5	(894)	(344)
Resultado financeiro	20.6	<u>2.017</u>	<u>4.152</u>
Receitas financeiras		2.403	4.165
Despesas financeiras		<u>(386)</u>	<u>(13)</u>
Resultado operacional		<u>(15.540)</u>	<u>(16.518)</u>
Resultado antes dos impostos e participações		<u>(15.540)</u>	<u>(16.518)</u>
Imposto de renda		-	2
Participações sobre o lucro		<u>(44)</u>	<u>(32)</u>
(Prejuízo) do exercício		<u>(15.584)</u>	<u>(16.548)</u>
Quantidade de ações		77.212.205	48.000.000
(Prejuízo) por ação (em R\$)		(0,2018)	(0,3448)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
(Prejuízo) do exercício	(15.584)	(16.548)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	260	46
Efeito tributário	<u>(117)</u>	<u>(21)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>143</u>	<u>25</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(15.441)</u></u>	<u><u>(16.523)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Aumento capital em aprovação	Reserva de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	17	48.000		214	-	-	48.214
Ajuste com títulos e valores mobiliários		-		-	25	-	25
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(16.548)	(16.548)
Compensação com prejuízo do exercício		-	-	(214)	-	214	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17	48.000	-	-	25	(16.334)	31.691
Aumento de capital conforme AGE datada de 27 de dezembro de 2018		-	11.700	-	-	-	11.700
Ajuste com títulos e valores mobiliários		-	-	-	143	-	143
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(15.584)	(15.584)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>48.000</u>	<u>11.700</u>	<u>-</u>	<u>168</u>	<u>(31.918)</u>	<u>27.950</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais		
(Prejuízo) do exercício	(15.584)	(16.548)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	260	63
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	124	-
Variação das contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(4.678)	12.499
Créditos das operações	(6.238)	(8.171)
Ativos de resseguro	(59.885)	(8.677)
Créditos tributários e previdenciários	337	(375)
Outros ativos	(3.766)	(1.005)
Fornecedores e outras contas a pagar	735	2.465
Impostos e contribuições	314	(223)
Débitos das operações	5.859	10.389
Provisões técnicas - seguros	70.493	10.778
Outros passivos	179	21
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	<u>(11.851)</u>	<u>1.216</u>
Juros recebidos	1.700	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	<u>(10.151)</u>	<u>1.216</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(461)	(876)
Aquisição de intangível	(77)	(405)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	<u>(538)</u>	<u>(1.281)</u>
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	11.700	-
Pagamento de dividendos	-	67
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>11.700</u>	<u>67</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.011</u>	<u>2</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.013	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Markel Seguradora do Brasil S.A. (“Markel Seguradora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, Conjunto 806 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário é exercido pela Markel Participações Ltda., com 100% de participação societária nas ações ordinárias, e faz parte do Grupo controlado pela Markel Corporation, companhia de capital aberto.

A Markel Seguradora tem como objeto social todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades de seguros em todos os ramos e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

Em 16 de janeiro de 2017, foi publicada a Portaria Susep nº 6.780, de 12 de janeiro de 2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à Markel Seguradora do Brasil autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26(R1).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela administração em 26 de fevereiro de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar ao longo dos anos. A principal estimativa reconhecida pela Companhia envolvendo apólices de seguros e contratos de resseguros refere-se à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (*Incurred But Not Reported* - IBNR) e a provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (*Incurred but not enough reported* - IBNER). A Companhia utiliza as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para apólices cujo evento segurado já tenha ocorrido em conformidade com as condições gerais e notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para o pagamento das obrigações devidas.

Informações adicionais sobre estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados - IBNR
- Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER
- Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Disponível

Considerando as características dos ativos financeiros da Companhia, incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

3.2.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida (veja (b)(i)), são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

3.2.3 Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.3 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia, por ter iniciado suas operações em 2017 e não possuir histórico suficiente para a realização de um estudo de inadimplência, utilizou em Junho de 2018, a metodologia descrita no Artigo 168 da Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações para avaliar a necessidade de

constituição de perda dos créditos contabilizados na rubrica contábil Prêmios a receber, e foi necessária o reconhecimento de perda no montante de R\$124 (R\$0 em dezembro de 2017).

Ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. A Companhia não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados.

3.4 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.5 Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). A Companhia, observando as normas vigentes, constitui as seguintes provisões técnicas:

- Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) - é constituída com a finalidade de cobrir sinistros a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes e registrados na data-base. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA.
- Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) - é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.
- Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - é constituída de acordo com a melhor estimativa da provisão com base nas notificações de sinistros recebidas, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato, ajustada periodicamente com base nas análises feitas pela área responsável e metodologia informada na NTA.
- Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, incluindo os sinistros

administrativos e judiciais. O cálculo segue as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.

- Provisão de sinistros ocorridos e avisados mas não suficientemente estimados (IBNER) é constituída para complementar a PSL, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. O IBNER é calculado pelo método de Chain-Ladder com base nos valores de sinistros incorridos, seguindo as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.
- Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) - é constituída para a cobertura das despesas exclusivas da Companhia relacionadas a sinistros. A PDR é calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA.

3.6 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes.

O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2018, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas.

As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento do contrato atual. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções.

Os parâmetros necessários à projeção, como despesas administrativas, despesas operacionais e a sinistralidade, foram baseados nos valores da Nota Técnica Atuarial de início de operação. Isso devido à pequena experiência acumulada que não permite, ainda, o cálculo dos parâmetros de forma consistente e de índices históricos de despesas baseados nos custos temporariamente mais elevados, próprios de um período de início de operação.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro.

O teste de adequação conduzido pela Companhia, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31 de dezembro de 2018. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos - PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL e IBNR, também não há insuficiências a cobrir.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

3.8 Ativo intangível

O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou período de uso da licença quando definido pelo fornecedor.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados pela aplicação das alíquotas vigentes de cada imposto sobre as respectivas bases e são reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Companhia sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período máximo de dez anos.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e contribuição social correntes e diferidos.

Observa-se ainda as isenções fiscais relativas às operações da companhia em seguros rurais, com base no Art 19 Decreto Lei 73 de 21 de novembro de 1966 que dispõe o seguinte:

“Art 19. As operações de Seguro Rural gozam de isenção tributária irrestrita, de quaisquer impostos ou tributos federais.”

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia.

3.11 Distribuição de dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.12 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência.

3.12.1 Prêmios emitidos

Os prêmios de seguro são reconhecidos quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constitui o prêmio RVNE com base em metodologia própria conforme apresentado na Nota técnica atuarial.

Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco.

3.12.2 Comissão de corretagem e comissão diferida

As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

3.12.3 Sinistros

Os sinistros são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelo segurado.

3.12.4 Participações nos lucros

O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado em uma métrica de resultados, entre a *holding* e demais empresas do grupo Markel, e considera o desempenho departamental e individual.

As participações nos lucros são contabilizadas em bases mensais.

3.12.5 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo. Já em vigor pelo Comitê de pronunciamento Contábil desde 01 de janeiro de 2018, mas está sendo referendado pela SUSEP, que prevê a sua adoção em conjunto com o IFRS 17 - Contratos de Seguros a partir de 01 de janeiro de 2021.

b. IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Com data de vigência a partir de Janeiro de 2019, a Companhia ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente, na sua atuação como arrendatário.

4 Estrutura de gestão de riscos

A Gestão de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ela é usada para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. A Gestão de Riscos protege a reputação da Companhia e também nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de seguro.

Como uma Empresa do Grupo Markel, a Companhia faz parte do Segmento Markel Internacional ("MINT") e conseqüentemente conta com o suporte da estrutura de gestão de riscos do Segmento além de manter sua própria estrutura. A Markel implementou e tem

aprimorado a estrutura local de Gestão de Riscos em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações.

4.1 Princípios da estrutura de gestão de riscos

Os princípios aplicados à Estrutura de Gestão de Riscos da Markel são os seguintes:

- Aprimoramento - é um processo que deve ser desenvolvido continuamente.
- Alcance - a estrutura de controles internos deve ser:
 - Abrangente - a fim de abranger a totalidade do nosso negócio
 - Comunicada - para que todos tenham conhecimento do programa
 - Simples - para que todos possam compreendê-la
 - Relevante - a fim de que todos se envolvam com o processo
 - Utilizada - ele realmente deve fazer parte de nossas operações do dia-a-dia
- Evidente - as políticas e procedimentos de gestão de riscos são documentados, de forma que profissionais razoavelmente qualificados e experientes possam compreender a estrutura sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais.
- Emergente - tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes
- Eficaz - a estrutura tem que funcionar.

A Companhia geralmente está exposta a riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Dentre tais riscos, podemos citar o Risco de Subscrição -, Risco de Reserva, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Crédito. Todos esses riscos são avaliados, mensurados, tratados e monitorados dentro da estrutura de Gestão de Riscos da Companhia.

A Diretoria e os Gestores Técnicos e Operacionais, juntamente com o Gestor de Riscos da Companhia e da Gestão de Riscos do Grupo Markel tem suas funções definidas na estrutura e atuam conjuntamente para uma gestão contínua e efetiva dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

4.1.1 Risco de subscrição

Definimos o Risco de Subscrição como:

"o risco de perda decorrente das incertezas inerentes à ocorrência, quantidade e vencimento de passivos de resseguro, com foco sobre os riscos que surgem a partir da aceitação de negócios."

A Companhia oferece cobertura de seguro para o mercado brasileiro de seguros nas carteiras riscos rurais, riscos diversos, responsabilidade civil e pessoas coletivo - acidentes pessoais, sob condições contratuais dos produtos registrados na SUSEP cujas respectivas autorizações de comercialização encontram-se em vigor. Nossos canais de distribuição incluem a intermediação

por corretores de seguros.

4.1.2 Subscrição de risco

A área técnica de subscrição avalia uma série de fatores, incluindo, mas não limitado a: tipo de risco a ser aceito, ramo, avaliação atuarial de adequação do prêmio, distribuição geográfica dos riscos expostos, exposição aos riscos catastróficos, avaliação histórica de sinistros do segurado e, se possível, uma comparação entre a sinistralidade do segurado e a do mercado. A Companhia mantém um controle de suas exposições agregadas, permitindo avaliar com mais nitidez, onde sua capacidade pode ser aplicada, sem exceder seus limites máximos de exposição por risco. O desenvolvimento da carteira também é acompanhado por relatórios mensais.

Elementos-chave do gerenciamento de riscos de subscrição incluem monitorar o desenvolvimento de riscos e constante revisão dos pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das provisões técnicas. Prêmios e provisões são determinadas com base em pressupostos cuidadosamente escolhidos. Desta forma, a Companhia garante o cumprimento das obrigações assumidas em qualquer momento. Além disso, a Companhia será capaz de proteger suas exposições brutas relacionadas com riscos agrícolas através de coberturas de resseguro.

4.1.3 Revisão do risco de subscrição

A cada trimestre são realizadas reuniões corporativas de avaliação, que funcionam como fóruns nos quais os executivos se encontram com os responsáveis pelo gerenciamento de risco e discutem indicadores-chave de desempenho.

A Companhia continuamente aprimora suas reuniões de avaliação às quais atendem os Diretores/Executivos responsáveis pela subscrição, provisões e reservas, risco de crédito e risco operacional a fim de assegurar um melhor e mais adequado acompanhamento de indicadores-chave de performance e indicadores-chave de risco, cujas premissas estão contidas em nossa política de subscrição e controles internos.

4.2 Risco operacional

Definimos o risco operacional como:

- "O risco de perdas resultantes da inadequação ou falha interna de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos". Isto inclui falha, deficiência, inadequação dos processos, incluindo riscos legais, tais como ações judiciais trabalhistas ou cíveis. Nele também está incluído o risco de ações criminosas cometidas por empregados ou terceiros, violações de leis contra fraude, incorreto processamento de dados, interrupção de negócios, não cumprimento das obrigações e divergências com parceiros de negócios.
- A Companhia está organizada para lidar com situações de emergência e de crise, quando a sequência dos principais processos e sistemas não estiver garantida e a estrutura organizacional natural não estiver mais adequada para lidar com tais circunstâncias. A Companhia está preparada para dar continuidade a seus negócios e tem a tecnologia para lidar com situações de emergência, desastres ou catástrofes, de acordo com seu plano de continuidade de negócios.
- A Companhia tem seu Registro de Riscos onde estão documentados os principais riscos aos quais a Companhia está exposta e os controles em vigor que tratam tais riscos. Os riscos e controles são reavaliados e validados trimestralmente pelo responsável por cada processo e, ainda, acompanhados e revisados pela Gestão de Riscos da Companhia.

- A Companhia se submete a auditorias internas periódicas que incluem os testes sobre a eficácia dos controles internos, em cumprimento a políticas corporativas e em conformidade com a legislação vigente.

4.2.1 *Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro*

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2018	
Variáveis	Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(9.319)	(596)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	9.319	596
Corretagem	Aumento de 10%	(836)	(531)
Corretagem	Diminuição de 10%	836	531

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2017	
Variáveis	Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(146)	(11)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	146	11
Corretagem	Aumento de 10%	(24)	(17)
Corretagem	Diminuição de 10%	24	17

4.2.2 *Concentração de risco por região de atuação*

Grupo de ramo	31/12/2018		
	Prêmios Emitidos	Prêmios Cedidos	Prêmios Retidos
Centro-oeste	16.763	15.773	990
Nordeste	1.661	1.587	74
Norte	783	739	44
Sul	45.213	42.455	2.758
Sudeste	4.395	4.136	259
Prêmio RVNE	2.705	2.591	114
Total	71.520	67.281	4.239

4.2.3 *Tabela de evolução de sinistros*

Ano de Subscrição	31/12/2018		Total
	2017	2018	
Montante estimado para sinistros			
No ano do aviso	27	43.694	
Um ano após o aviso	187	-	
Estimativa dos sinistros na data-base	187	43.694	43.880
Pagamentos de sinistros efetuados	<u>(187)</u>	<u>(41.072)</u>	<u>(41.259)</u>
Provisão de sinistros a liquidar	-	2.621	2.621
Resseguro			<u>(2.435)</u>
Provisões líquidas de resseguro			<u>186</u>

Risco de liquidez

Definimos o risco de liquidez como:

- "o risco de que não sejam mantidos recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir com os compromissos nas datas de seus vencimentos".
- O conceito de liquidez é vital para quaisquer instituições do mercado financeiro e do mercado de capitais.
- Um objetivo-chave do gerenciamento do risco de liquidez da Companhia é monitorar os prazos de liquidação de direitos e obrigações. São elaboradas análises mensais do fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados com os ativos garantidores das provisões técnicas, a fim de mitigar esse risco. Adicionalmente, a Companhia possui a totalidade de seus ativos garantidores investidos em títulos públicos do Tesouro Nacional, com elevada qualificação de liquidez.
- A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros e de contratos de seguros existentes classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2018

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (*)	-	10.585	10.585
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	20.471	8.123	28.594
Créditos das operações com seguros e resseguros	14.285	-	14.285
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	1.013	-	1.013
Ativos de contratos de resseguro	<u>19.937</u>	<u>-</u>	<u>19.937</u>
Total de ativos financeiros	<u>55.706</u>	<u>18.708</u>	<u>74.414</u>
Passivos financeiros			
Contas a pagar	3.676	-	3.675
Débitos das operações com seguros e resseguros	16.248	-	16.248
Passivos de contratos de seguro	<u>29.262</u>	<u>-</u>	<u>29.262</u>
Total de passivos financeiros	<u>49.186</u>	<u>-</u>	<u>49.186</u>

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2017

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (*)	-	10.615	10.615
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	236	25.207	25.443
Créditos das operações com seguros e resseguros	8.171	-	8.171
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	2	-	3
Ativos de contratos de resseguro	<u>8.677</u>	<u>-</u>	<u>8.677</u>
Total de ativos financeiros	<u>17.086</u>	<u>35.822</u>	<u>52.908</u>
Passivos financeiros			
Contas a pagar	2.627	-	2.627
Débitos das operações com seguros e resseguros	10.389	-	10.389
Passivos de contratos de resseguro	<u>10.778</u>	<u>-</u>	<u>10.778</u>
Total de passivos financeiros	<u>23.794</u>	<u>-</u>	<u>23.794</u>

(*) Esses ativos estão apresentados na tabela com base nos vencimentos originais, entretanto possuem alta liquidez.

4.3 Risco de mercado

Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos de fatores de risco: o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (*commodities*), entre outros.

O principal fator de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta na data do balanço é a taxa de juros (Selic). A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Companhia, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e dos impactos potenciais sobre o resultado do exercício e do patrimônio líquido.

		<u>31/12/2018</u>		
Classe	Premissas %	Saldo contábil	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Ativos Pré-Fixados Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Aumento de 1% na taxa de juros	18.708	(182)	18.526
Ativos Pré-Fixados Privados				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Redução de 1% no CDI	<u>20.471</u>	<u>(1)</u>	<u>20.470</u>
Total		<u>39.179</u>	<u>(183)</u>	<u>38.996</u>
Impacto líquido de Efeito Tributário		-	(82)	-
		<u>31/12/2017</u>		
Classe	Premissas %	Saldo contábil	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Ativos Pré-Fixados Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Aumento de 1% na taxa de juros	18.481	(4)	18.477
Ativos Pré-Fixados Privados				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Redução de 1% no CDI	<u>17.577</u>	<u>(13)</u>	<u>17.564</u>
Total		<u>36.058</u>	<u>(17)</u>	<u>36.041</u>
Impacto líquido de Efeito Tributário		-	(10)	-

4.4 Risco de crédito

Definimos o risco de crédito como:

- "O risco de perda resultante da incapacidade de uma contraparte em cumprir com suas obrigações de pagamento".
- Para o Grupo Markel, as contrapartes-chave dentro do risco de crédito são seguradoras, resseguradoras e corretoras de resseguro.

- O Risco de crédito é o risco de perda de valor dos ativos de resseguro e ativos financeiros como resultado de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte das suas obrigações com a Companhia.
- O Grupo Markel tem políticas para garantir que limites ou certas exposições a risco de crédito não sejam excedidas através de monitoramento e controle utilizando indicadores-chave de risco e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em conta a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e da dinâmica de fatores de mercado.
- A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros mantidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito, de acordo com as agências classificadoras de risco: *Moody's*, *A.M. Best*, *Standard & Poors* e *Fitch*. Os ativos classificados na categoria “sem *rating*” compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

31/12/2018				
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Ba2	Moody's Ba3	Sem rating	Saldo contábil
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	1.013	-	1.013
Mantidos até o vencimento				
Ativos pré-fixados públicos	10.585	-	-	10.585
Disponíveis para venda				
Ativos pré-fixados privados	-	20.471	-	20.471
Ativos pré-fixados públicos	8.123	-	-	8.123
Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber de segurados	-	-	14.285	14.285
Exposição máxima ao risco de crédito	18.708	21.484	14.285	54.477
31/12/2017				
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Ba2	Moody's Ba3	Sem rating	Saldo contábil
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	2	-	2
Mantidos até o vencimento				
Ativos pré-fixados públicos	10.615	-	-	10.615
Disponíveis para venda				
Ativos pré-fixados privados	-	17.577	-	17.577
Ativos pré-fixados públicos	7.866	-	-	7.866
Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber de segurados	-	-	8.101	8.101
Exposição máxima ao risco de crédito	18.481	17.579	8.101	44.161

5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Contas bancárias	441	2
Equivalentes de caixa	<u>572</u>	<u>-</u>
	<u>1.013</u>	<u>2</u>

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em operações compromissadas lastreadas em CDB.

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações financeiras

31/12/2018							
	Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	Ganhos/Perdas não realizados	% aplicado	% taxa de juros contratada
Títulos disponíveis para venda							
Títulos públicos federais - NTN F(*)	17/07/2017	01/01/2023	7.811	8.123	312	21	9,83%
Títulos privados - CDB	30/11/2016	18/11/2019	2.676	2.673	(3)	7	98,75%
Títulos privados - CDB	30/10/2018	14/10/2021	6.292	6.292	-	16	98%
Títulos privados - CDB	27/12/2018	13/12/2021	11.506	11.506		29	99%
Total títulos disponíveis para venda			<u>28.285</u>	<u>28.594</u>	<u>309</u>	<u>73</u>	
Títulos mantidos até o vencimento							
Títulos -públicos federais - NTN F(*)	22/11/2017	01/01/2023	10.585	10.585	-	27	9,70%
Total títulos mantidos até o vencimento			<u>10.585</u>	<u>10.585</u>	<u>-</u>	<u>27</u>	
Total das aplicações financeiras			<u>38.870</u>	<u>39.179</u>	<u>309</u>	<u>100</u>	
Total classificado no ativo circulante				20.471			
Total classificado no ativo não circulante				18.708			

Markel Seguradora do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

31/12/2017							
	Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	Ganhos/Perdas não realizados	% aplicado	% taxa de juros contratada
Títulos disponíveis para venda							
Títulos públicos federais - NTN F (*)	17/07/2017	01/01/2023	7.825	7.866	41	22	9,83%
Títulos privados - CDB	30/11/2016	18/11/2019	17.573	17.577	4	49	98,75%
Total títulos disponíveis para venda			25.398	25.443	45	71	
Títulos mantidos até o vencimento							
Títulos -públicos federais - NTN F (*)	22/11/2017	01/01/2023	10.615	10.615	-	29	9,70%
Total títulos ao valor justo através do resultado			10.615	10.615	-	29	
Total das aplicações financeiras			36.013	36.058	45	100	
Total classificado no ativo circulante				17.577			
Total classificado no ativo não circulante				18.481			

(*) Saldo composto por investimentos em títulos públicos federais vinculados à cobertura de provisões técnicas, custodiados pelo Banco Bradesco, Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	NTN-F	CDB	Total
Saldo em 31/12/2016	-	48.532	48.532
Aplicações	18.009	3.915	21.924
Resgates	-	(38.619)	(38.619)
Rendimentos	431	3.745	4.176
Ajuste a valor de mercado	41	4	45
Saldo em 31/12/2017	<u>18.481</u>	<u>17.577</u>	<u>36.058</u>
Aplicações	-	21.500	21.500
Resgates	-	(19.235)	(19.235)
Rendimentos	1.656	632	2.288
Recebimento de juros	(1.700)	-	(1.700)
Ajuste a valor de mercado	271	(3)	268
Saldo em 31/12/2018	<u>18.708</u>	<u>20.471</u>	<u>39.179</u>

6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo:

- a. **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- b. **Nível 2** - Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e
- c. **Nível 3** - Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável).

A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

Títulos	<u>31 de dezembro de 2018</u>			<u>31 de dezembro de 2017</u>		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo através do resultado						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	20.471	20.471	-	17.577	17.577
Mantidos até o vencimento						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10.585	-	10.585	10.615	-	10.615
Disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	8.123	-	8.123	7.866	-	7.866
	<u>18.708</u>	<u>20.471</u>	<u>39.179</u>	<u>18.481</u>	<u>17.577</u>	<u>36.058</u>

Não houve transferência entre níveis em 2018 e 2017.

7 Créditos das operações de seguros e resseguros

Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo

Grupo de ramo	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	Total de prêmios a receber	Total de prêmios a receber
Rural	12.611	6.837
RVNE	3.969	1.264
RVR - Prêmios a receber	<u>(2.483)</u>	<u>-</u>
Total	<u>14.096</u>	<u>8.101</u>
Circulante	14.096	8.101

A Companhia em 31 de dezembro de 2018 registrou provisão para redução a valor recuperável de prêmios no montante de R\$ 2.483 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017).

7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

Grupo de ramo	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	Resseguradora Local	Resseguradora Local
Rural	6	-
Total	<u>6</u>	<u>-</u>
Circulante	6	-

7.3 Movimentação de prêmios a receber

	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2016	-
Emissões	12.594
Cancelamentos	(1.616)
RVNE	1.264
Recebimentos	(4.141)
Redução ao Valor Recuperável	-
	-
Saldo em 31/12/2017	8.101
Emissões	78.314
Cancelamentos	(9.499)
RVNE	2.705
Recebimentos	(63.042)
Redução ao Valor Recuperável	(2.483)
	(2.483)
Saldo em 31/12/2018	14.096

7.4 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

a. Prêmios a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Sem vencimento	3.969	1.264
A vencer até 30 dias	430	970
A vencer de 31 a 60 dias	92	491
A vencer de 61 a 120 dias	4.896	4.914
A vencer de 121 a 180 dias	3.573	373
A vencer de 181 a 365 dias	184	-
A vencer acima de 365 dias	1	-
	9.177	6.748
Vencidos até 30 dias	829	89
Vencidos de 31 a 60 dias	105	-
Vencidos de 61 a 120 dias	368	-
Vencidos de 121 a 180 dias	1.022	-
Vencidos de 180 a 365 dias	1.111	-
	3.434	89
Créditos com operações de seguros e resseguros	16.580	8.101
Redução ao Valor Recuperável	(2.483)	-
Saldo	14.096	8.101

b. Sinistros Pagos

A Seguradora possui a expectativa de recuperar, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$6 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017) em 90 dias.

8 Títulos e créditos a receber

8.1 Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários

Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda a compensar	17	311
Imposto de renda diferido sobre:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	1	-
Contribuição social diferida sobre:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	1	-
Antecipação de imposto de renda	-	34
Antecipação de contribuição social	-	30
Fundo de Garantia a Recuperar	19	-
	<u>38</u>	<u>375</u>

8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31/12/2016	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(11)	(10)
Saldo em 31/12/2017	<u>(11)</u>	<u>(10)</u>
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(66)	(53)
Saldo em 31/12/2018	<u>(77)</u>	<u>(63)</u>
	<u>(77)</u>	<u>(63)</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 31.918 (R\$16.334 em 31 de dezembro de 2017). Porém, por não haver expectativa de lucro tributável não foram constituídos os créditos tributários referentes a imposto de renda e contribuição social nos montantes R\$7.979 e R\$6.384 (R\$4.083 e R\$3.266 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente.

9 Custos de aquisição diferidos

9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	31/12/2018	31/12/2017
R. C. Profissional	52	-
Rural	<u>4.672</u>	<u>763</u>
Total	<u><u>4.724</u></u>	<u><u>763</u></u>
Circulante	4.724	763

9.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31/12/2016	<u><u>-</u></u>
Constituição	2.080
Amortização	<u>(1.317)</u>
Saldo em 31/12/2017	763
Constituição	12.318
Amortização	<u>(8.357)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u><u>4.724</u></u>

As despesas de comercialização são registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento dessas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Móveis e utensílios	10%	335	297
Informática	20%	436	130
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	33,3%	<u>566</u>	<u>449</u>
		<u><u>1.337</u></u>	<u><u>876</u></u>
Depreciação/Amortização acumulada		<u>(323)</u>	<u>(63)</u>
Total		<u><u>1.014</u></u>	<u><u>813</u></u>

(*) Amortização calculada conforme o prazo do contrato de aluguel (36 meses).

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	290	38	(24)	304
Informática	113	306	(82)	337
Benfeitorias em imóveis de terceiros	410	117	(154)	373
Exercício findo em 31/12/2018	813	461	(260)	1.014
Exercício findo em 31/12/2017	-	876	(63)	813

11 Intangível

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Saldos iniciais	Aquisições	Saldos finais
Software	405	77	482
Exercício findo em 31/12/2018	405	77	482
Exercício findo em 31/12/2017	-	405	405

12 Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto por:

12.1 Obrigações a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	2.421	1.260
Provisão para participações nos lucros / bônus	343	843
Subtotal	2.764	2.103

12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda retido de funcionários	77	83
Impostos retidos de terceiros	51	32
Contribuições para o FGTS	27	28
Outros impostos retidos de terceiros	77	12
Subtotal	232	155

12.3 Encargos trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Férias a pagar	284	252
Encargos sobre férias e 13º salário	120	89
Subtotal	404	341

12.4 Impostos e contribuições

	31/12/2018	31/12/2017
PIS e COFINS	265	28
Subtotal	265	28

12.5 Outras contas a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Outras contas a pagar	11	-
Subtotal	11	-
Total	3.676	2.627

13 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía um auto de infração lavrado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. De acordo com a análise dos consultores jurídicos a probabilidade de perda deste processo foi classificada como provável com valor de risco envolvido de R\$50.

14 Débitos de operações de seguros e resseguros

Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro e comissões de corretagem a pagar. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros.

14.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	31/12/2018	31/12/2017
R.C Profissional	92	-
Rural	9.412	8.455
RVNE	3.760	1.170
Total	13.264	9.625
Circulante	13.264	9.625

14.2 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2016	<u><u>-</u></u>
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	8.631
Pagamentos	
RVNE	<u>994</u>
Saldo em 31/12/2017	9.625
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	44.983
Pagamentos	(42.987)
RVNE	<u>1.643</u>
Saldo em 31/12/2018	<u><u>13.264</u></u>

14.3 Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramo	31/12/2018	31/12/2017
R.C Profissional	6	-
Rural	<u>2.047</u>	<u>761</u>
Total	<u><u>2.053</u></u>	<u><u>761</u></u>
Circulante	2.053	761

15 Ativos de resseguros e provisões técnicas - Resseguradoras

15.1 Ativos de resseguro

31/12/2018						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
R. C. Profissional	117	-	27	-	-	144
Rural	19.320	2.435	22.641	1.878	22.144	68.418
Total	<u>19.437</u>	<u>2.435</u>	<u>22.668</u>	<u>1.878</u>	<u>22.144</u>	<u>68.562</u>
Total classificado no ativo circulante	19.437	2.435	22.668	1.878	22.144	68.562

	31/12/2017			
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Total das provisões técnicas
Rural	7.325	31	1.321	8.677
Total	<u>7.325</u>	<u>31</u>	<u>1.321</u>	<u>8.677</u>
Total classificado no ativo circulante	7.325	31	1.321	8.677

15.2 Provisões técnicas

31/12/2018						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
R. C. Profissional	210	-	49	-	-	258
Rural	29.053	2.621	23.996	2.018	23.325	81.013
Total	29.262	2.621	24.044	2.018	23.325	81.271
Total classificado no passivo circulante	29.262	2.621	24.044	2.018	23.325	81.271

31/12/2017						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
Rural	9.317	28	1.429	4	-	10.778
Total	9.317	28	1.429	4	-	10.778
Total classificado no passivo circulante	9.317	28	1.429	4	-	10.778

15.3 Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
(+) Prêmio emitido	12.230	-	-	-	-	12.230
(-) Prêmio ganho	(2.913)	-	-	-	-	(2.913)
(+) Aviso de sinistro	-	28	-	-	-	28
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	1.429	-	-	1.429
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	4	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.317	28	1.429	4	-	10.778
(+) Prêmio emitido	71.520	-	-	-	-	71.520
(-) Prêmio ganho	(51.575)	-	-	-	-	(51.575)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	43.853	-	-	-	43.853
(-) Pagamento de sinistro	-	(41.260)	-	-	-	(41.260)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	22.616	-	-	22.616
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	23.325	23.325
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	3.396	-	3.396
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(1.382)	-	(1.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.262	2.621	24.045	2.018	23.325	81.271

15.4 Movimentação de ativos de resseguro - provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas - Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
(+) Prêmio emitido	9.615	-	-	-	-	9.615
(-) Prêmio ganho	(2.288)	-	-	-	-	(2.288)
(+) Aviso de sinistro	-	25	-	-	-	25
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	1.321	-	-	1.321
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	4	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.327	25	1.321	4	-	8.677
(+) Prêmio emitido	46.626	-	-	-	-	46.626
(-) Prêmio ganho	(34.516)	-	-	-	-	(34.516)
(+) Aviso de sinistro	-	40.581	-	-	-	40.581
(-) Sinistros recuperados	-	(38.165)	-	-	-	(38.165)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(6)	-	-	-	(6)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	21.346	-	-	21.346
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	3.156	-	3.156
(-) PDR recuperada	-	-	-	(1.282)	-	(1.282)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	22.144	22.144
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.437	2.435	22.668	1.878	22.144	68.562

16 Garantia de provisões técnicas

Para garantia das provisões técnicas as seguintes parcelas do ativo da Companhia estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de renda fixa - públicos (NTN-F)	<u>18.708</u>	<u>18.481</u>
Total de ativos dados em garantia (A)	<u>18.708</u>	<u>18.481</u>
Provisões técnicas - resseguro	81.271	10.778
(-) Ativo redutor de PPNG	(12.820)	-
(-) Direitos creditórios	(9.147)	-
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros - resseguro	<u>(49.126)</u>	<u>(1.350)</u>
Total a ser coberto (B)	<u>10.178</u>	<u>9.428</u>
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	<u>8.530</u>	<u>9.053</u>

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 59.700 (R\$48.000 em 31 de dezembro de 2017) está dividido em 77.212.205 (48.000.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 27 de dezembro de 2018, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado um aumento de capital de R\$ 11.700. Este aumento de capital encontra-se em fase de homologação na SUSEP.

18 Adequação de capital

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	27.950	31.691
Ajustes contábeis		
(-) Ativos intangíveis	<u>(482)</u>	<u>(405)</u>
Patrimônio líquido ajustado Subtotal	<u>27.468</u>	<u>31.286</u>
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	-
I - Patrimônio líquido ajustado Total	<u>27.468</u>	<u>31.286</u>
Capital base (CB) (a)	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>
II - Capital de risco (CR) (b)	<u>6.592</u>	<u>2.201</u>
Capital de Risco de Subscrição	4.321	311
Capital de Risco de Crédito	2.187	1.233
Capital de Risco de Mercado	567	1.290
Capital de Risco Operacional	670	-
Benefício de diversificação	(1.153)	(675)
III - Capital Mínimo Requerido (CMR) - maior entre (a) e (b)	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>
IV - Suficiência de Capital (PLA-CMR)	<u>12.468</u>	<u>16.286</u>
V - Ativos Líquidos	<u>8.530</u>	<u>9.053</u>
Capital de Risco Reduzido	6.592	2.201
VI - Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco (V / II) (*)	129%	411%
VII- Suficiência de PLA em relação ao CMR (I/ III) (**)	183%	209%

(*) VI - liquidez em relação ao CR: situação caracterizada quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco (CR), deduzido deste valor o superávit de fluxos de prêmios / contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas;

(**) VII - Plano de Regularização de Solvência (PRS): plano que deverá ser enviado à Susep pela supervisionada, visando à recomposição da situação de solvência, quando a insuficiência do PLA em relação ao CMR for de até 50% (cinquenta por cento) ou quando a supervisionada apresentar insuficiência de liquidez em relação ao CR

19 Índices Operacionais

Grupo de ramo	31/12/2018				
	Prêmio emitido	Varição das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
R.C. Profissional	247	210	37	130%	25%
Rural	71.273	19.736	51.537	181%	16,2%
Total	71.520	19.946	51.574	181%	16,2%

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

Grupo de ramo	31/12/2018				
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
R.C. Profissional	247	(138)	109	44,1%	55,9%
Rural	71.273	(67.143)	4.130	5,8%	94,2%
Total	71.520	(67.281)	4.239	5,9%	94,1%

20 Detalhamento das contas da demonstração do resultado

20.1 Sinistros ocorridos

	31/12/2018	31/12/2017
Indenizações avisadas	(43.853)	(28)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(23.325)	-
Despesas com sinistros	(3.396)	(4)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(22.616)	(1.429)
	<u>(93.190)</u>	<u>(1.461)</u>

20.2 Custos de aquisição

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de comissão	(12.318)	(1.001)
Varição das despesas de comissão diferidas	3.961	763
	<u>(8.357)</u>	<u>(238)</u>

20.3 Resultado com resseguro

	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação com indenização de sinistro	40.581	26
Constituição IBNER	22.144	-
Despesas com sinistros	3.156	5
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	21.346	1.321
Prêmio de resseguro (liquido dos custos de aquisição)	(46.626)	(9.616)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	12.112	7.325
	<u>52.713</u>	<u>(939)</u>

20.4 Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal próprio	(5.922)	(7.184)
Serviços de terceiros	(6.375)	(5.494)
Localização e funcionamento	(1.648)	(1.109)
Publicações	(902)	(90)
Despesas administrativas diversas (a)	(4.423)	(6.721)
	<u>(19.270)</u>	<u>(20.598)</u>

- (a) A Seguradora reconheceu uma despesa na rubrica de Despesas Administrativas Diversas, no montante de R\$5.750 (R\$2.370 em 31 de dezembro de 2017), referente a utilização da estrutura física e de pessoal da empresa Markel Resseguradora do Brasil.

20.5 Despesas com tributos

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	(541)	(191)
PIS	(88)	(31)
Taxa de fiscalização	(248)	(116)
Outros	(17)	(5)
	<u>(894)</u>	<u>(344)</u>

20.6 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	632	3.734
Rendimentos com títulos de renda públicos	1.656	431
Outras receitas	115	-
	<u>2.403</u>	<u>4.165</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas	(386)	(13)
	<u>(386)</u>	<u>(13)</u>
Resultado financeiro	<u>2.017</u>	<u>4.152</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos impostos e participações	(15.541)	(16.518)	(15.541)	(16.518)
(-) Participações sobre o lucro	(44)	(32)	(44)	(32)
(Prejuízo) após as participações	(15.585)	(16.550)	(15.585)	(16.550)
Adições temporárias - provisões indedutíveis	586	1.341	586	1.341
Adições permanentes - despesas indedutíveis	88	62	88	62
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis	(911)		(911)	
Base de cálculo	(15.822)	(15.147)	(15.822)	(15.147)

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R\$ 183 (R\$623 em 2017).

23 Partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

23.1 Resseguro

A Markel Seguradora do Brasil S.A. possui contrato de resseguro com a Markel Resseguradora do Brasil S.A. contraparte do mesmo grupo econômico.

O contrato de resseguro possui início de vigência em 24 horas de 31 de maio de 2017.

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

Markel Resseguradora do Brasil S.A.

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Operações com Resseguradoras	189	10
Ativos de resseguros	<u>68.562</u>	<u>8.667</u>
	<u>68.751</u>	<u>8.687</u>
Passivo		
Contas a pagar (Cost share agreement)	(1.180)	(819)
Operações com resseguradoras	<u>(13.263)</u>	<u>(5.611)</u>
	<u>(14.443)</u>	<u>(6.430)</u>
	31/12/2018	31/12/2017
Resultado		
Prêmios de resseguro	(46.626)	(9.615)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	<u>12.112</u>	<u>7.325</u>
Prêmio Ganho	<u>(34.514)</u>	<u>(2.290)</u>
Variação da provisão de sinistros a liquidar	40.581	26
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	22.144	-
Variação da provisão de despesas relacionadas	3.156	5
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	<u>21.346</u>	<u>1.321</u>
	<u>87.227</u>	<u>1.352</u>
Despesas administrativas		
Outras despesas administrativas (despesas <i>cost share agreement</i>)	<u>(4.340)</u>	<u>(5.943)</u>
	<u>(4.340)</u>	<u>(5.943)</u>
	<u>48.373</u>	<u>(6.881)</u>

24 Remuneração do pessoal chave da Administração

A diretoria executiva inclui os diretores estatutários e a sua remuneração paga no exercício é de R\$ 717 (R\$ 0,6 em 31 de dezembro de 2017) .

Diretoria

Diretor Presidente: Carlos Alberto Caputo
Diretor Vice Presidente: Gabriel Boyer Nogueira Lima
Diretor Técnico: Rodrigo Motroni de Almeida

Contadora: Ana Carla Moreira da Silva
CRC - RJ-066754/O

Atuário: Gabriel Boyer Nogueira Lima
MIBA nº 1880